



CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ARGANIL

ATA N.º 1/2024, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Arganil, o Conselho Municipal de Juventude, sob a presidência da Senhora Vereadora Elisabete Oliveira, com competências delegadas na área da Juventude. A reunião decorreu em regime presencial e com participações por via digital.

A sessão, presidida pela Vereadora Elisabete Oliveira, em representação do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Luís Paulo Costa, contou com a representação da Associação Juvenil CUME (Beatriz Luzio e José Rodrigues); Associação Juvenil “Chama Viva” (Patrícia Alvoeiro); Agrupamento 874 do Corpo Nacional de Escutas (Catarina Santos, em representação de Lúcia Santos); Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Arganil (Sofia Almeida e Matilde Neves); representante da bancada social-democrata da Assembleia Municipal (José Miguel Marques - online); representante da bancada socialista da Assembleia Municipal (Rodrigo Oliveira); Juventude Social Democrata (Martim Baptista); Associação Juvenil E-MOTION (Nuno Semedo). | Membros observadores: CPCJ Arganil (Presidente, Maria José Silva); Técnica Superior de Serviço Social (Vânia Silva); CLDS-5G Arganil (Rui Reis); Representante do Conselho Municipal de Educação (Anabela Soares, Diretora do Agrupamento de Escolas de Arganil).

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** agradeceu a presença de todos os membros, tanto presencialmente como através da plataforma digital. Informou tratar-se de um momento relevante, dado que o Conselho Municipal de Juventude integra novos elementos, e considerou pertinente proceder a uma ronda de apresentações para identificação dos representantes presentes. Solicitou igualmente que, para efeitos de gravação e futura elaboração da ata, todos os intervenientes acionassem o microfone no momento da sua intervenção.

Após a apresentação dos membros presentes, a Senhora Vereadora explicou que, além dos membros efetivos, o Conselho Municipal de Juventude integra também membros observadores, cuja intervenção, apesar de não incluir direito de voto, se revela essencial pela natureza da sua atividade, frequentemente articulada com as políticas municipais de juventude. Destacou a presença da Presidente da CPCJ e do coordenador do CLDS-5G de Arganil, sublinhando que este último iniciará uma nova etapa do programa no mês de janeiro, com duração prevista de quatro anos e com diversas iniciativas direcionadas à juventude.

Passando ao período antes da ordem do dia, destinado à partilha de informações relevantes no âmbito da juventude, a Senhora Vereadora tomou a palavra para destacar os resultados recentemente alcançados pela Associação Juvenil E-MOTION no Campeonato do Mundo All Dance. Felicitou, em particular Carminho Figueiredo, campeã mundial na categoria individual, e o Grupo Elite da mesma associação, igualmente campeão mundial na categorial “*All Dance Open / Open Age Students Open*”.

A Senhora Vereadora salientou que estes resultados refletem o trabalho formativo que tem sido desenvolvido no concelho, realçando o papel da Escola de Dança da Associação Juvenil E-MOTION, assim como de outras entidades formativas, designadamente na área da música através da Associação



Filarmónica Arganilense e do Polo do Conservatório de Música. Sublinhou ainda a importância da resiliência e do empenho num território de baixa densidade, onde a concretização de resultados de excelência exige maior esforço coletivo. Expressou o orgulho do Município pelos resultados alcançados, já objeto de reconhecimento em reunião de Câmara e que serão também assinalados em sede de Assembleia Municipal.

Concluiu, referindo não ter, da sua parte, mais informações a acrescentar, abrindo o espaço a eventuais intervenções dos restantes membros.

Tomou a palavra o representante da Associação Juvenil E-MOTION, **Nuno Semedo**, que, agradecendo a intervenção anterior, sublinhou que os resultados alcançados no Campeonato do Mundo All Dance constituem não apenas um êxito da Escola de Dança da Associação, mas também uma conquista de todo o movimento associativo de Arganil. Referiu que estes resultados refletem o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelos jovens do concelho, contribuindo para a formação dos dirigentes de hoje, das crianças e dos encarregados de educação sensíveis a este tipo de atividades. Enfatizou que os prémios obtidos devem ser sentidos como um motivo de orgulho para todos os arganilenses e para o todo o movimento associativo.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** agradeceu a intervenção e abriu espaço para outras partilhas relevantes. Dirigiu-se à Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Arganil, sugerindo que apresentasse uma iniciativa recentemente realizada.

A Presidente da Associação de Estudantes, **Sofia Almeida**, informou que no dia 29 de novembro decorreu um jantar temático solidário dedicado a Angola, no âmbito de um conjunto de três jantares temáticos previstos. Explicou que, devido às obras de requalificação na Escola Secundária de Arganil, a realização do terceiro jantar poderá não ser possível, mas que o segundo estaria assegurado. Esclareceu que a iniciativa partiu de um professor da escola que solicitou colaboração à Associação de Estudantes dada a complexidade da organização individual. O projeto foi acolhido pela associação devido ao seu caráter integrador, tendo como objetivo reforçar o sentimento de pertença de elementos da comunidade escolar oriundos de outros países. A atividade permitiu angariar um montante significativo para a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), constituindo um resultado muito positivo para a primeira edição.

Catarina Santos, em representação do Agrupamento 874 do Corpo Nacional de Escutas, informou que, no âmbito do Dia Internacional do Voluntariado, os escuteiros participaram na campanha do Banco Alimentar, decorrida no dia 30 de novembro e 1 de dezembro, no estabelecimento Lidl de Arganil, tendo sido recolhidos 1.220kg de alimentos.

Seguidamente, **Sofia Almeida** partilhou que a comunidade escolar participou igualmente na campanha do Banco Alimentar, no estabelecimento Continente de Arganil, manifestando satisfação pela forte adesão dos alunos, embora não dispusesse dos dados quantitativos da recolha realizada.



A Diretora do Agrupamento de Escolas de Arganil, **Anabela Soares**, acrescentou que a recolha efetuada pela comunidade escolar decorreu também no Intermarché, esclarecendo ainda o funcionamento da rede de Bancos Alimentares na região. Informou que, enquanto a zona de Coimbra tem ligação à sede de Sernache, o concelho de Arganil está associado à Associação Humanitária Social Casa Povo Barril do Alva, entidade responsável pela recolha dos alimentos provenientes das campanhas locais.

A Sra. **Vereadora** agradeceu as partilhas apresentadas, destacando a importância do trabalho desenvolvido pelas entidades representadas. Não havendo mais intervenções, deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou ao ponto seguinte, relativo à emissão do parecer obrigatório não vinculativo sobre o orçamento municipal, incumbência atribuída ao Conselho Municipal da Juventude no que respeita às matérias que diretamente se relacionam com a juventude. Informou que o documento orçamental havia sido previamente enviado aos membros do Conselho, reconhecendo tratar-se de um documento extenso e tecnicamente denso, razão pela qual preparou uma apresentação sintetizada das áreas de maior relevância. Disponibilizou-se desde logo para prestar esclarecimentos adicionais, responder a dúvidas ou acolher comentários.

Anabela Soares interviu referindo a necessidade de clarificação relativamente ao regime de comparticipação das refeições escolares. Esclareceu que as refeições destinadas aos alunos dos escalões A e B não representam um pagamento integral para as famílias, uma vez que existe um valor base estipulado pelo Ministério da Educação, ao qual se soma o valor assumido pelas autarquias. Sublinhou que seria pertinente constar, de forma explícita, que o Município assegura a comparticipação total para os escalões A e B, e que, para os restantes alunos, se aplica a portaria nacional em vigor, sendo o remanescente suportado pela autarquia. Reforçou que esta matéria tem sido objeto de discussão pública e que, por isso, importa garantir clareza e rigor na informação transmitida, sobretudo para os jovens presentes, considerando também a necessidade de promover literacia financeira.

A Sra. **Vereadora da Juventude, Elisabete Oliveira**, confirmou que o escalão A tem comparticipação integral e o escalão B uma comparticipação parcial, sendo que, mesmo nos restantes casos, o valor pago pelos encarregados de educação não corresponde ao custo real da refeição, sendo o Município a suportar a diferença.

Prosseguindo, **Anabela Soares** abordou o tema das bolsas atribuídas pelo Município para a participação em programas de verão de instituições de ensino superior, salientando que no ano transato foram atribuídas 15 bolsas para a Escola de Verão da ESAC e 21 bolsas para a Universidade de Coimbra. Considerou relevante que o orçamento evidencie não apenas o valor global da verba inscrita, mas também o número de bolsas, para melhor compreensão por parte dos jovens. Recordou que o valor das bolsas depende dos montantes definidos anualmente pelas instituições de ensino superior, o que pode originar ajustamentos ao longo do ano.



A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** esclareceu que o orçamento municipal prevê manter, no mínimo, o mesmo número de bolsas atribuídas no último ano. Eventuais alterações dependerão dos valores fixados pelas instituições, sendo natural que o orçamento, enquanto instrumento previsional, possa vir a ser ajustado.

No seguimento da discussão, **Rodrigo Oliveira**, representante da bancada socialista da Assembleia Municipal, reforçou a importância de os jovens compreenderem o processo orçamental autárquico e a relevância dos orçamentos participativos, defendendo que estes promovem a participação cívica e a literacia financeira.

Em resposta, **Anabela Soares** referiu que as escolas já trabalham com orçamentos participativos escolares, com verbas atribuídas anualmente para projetos desenvolvidos pelos alunos, reforçando que esta prática contribui para o desenvolvimento de competências nesta área.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** retomou a condução dos trabalhos e passou à segunda área temática, referente ao Desporto, Recreio e Lazer.

Nuno Semedo solicitou esclarecimentos sobre a inclusão, nas GOP 2025, do apoio à deslocação de alunos para o Conservatório de Dança de Arganil. A pertinência da emissão de parecer pelo Conselho Municipal da Juventude sobre um orçamento que já se encontra aprovado em reunião de Câmara, considerando que tal pode reduzir a eficácia do contributo do Conselho.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** clarificou que o orçamento foi aprovado em reunião de Câmara, mas o parecer emitido pelo Conselho Municipal da Juventude é não vinculativo e destina-se à Assembleia Municipal, mantendo utilidade e enquadramento formal.

Nuno Semedo reforçou que, apesar de compreender o enquadramento legal, seria desejável, em termos de valorização da participação juvenil, que o parecer pudesse ser emitido antes da aprovação do orçamento em reunião de Câmara.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** esclareceu que, embora reconheça a pertinência de recolher contributos numa fase mais precoce, o processo de construção do orçamento inicia-se habitualmente em setembro, prolongando-se por vários meses. Para que os contributos do Conselho possam ser integrados numa fase preparatória, será necessário criar um momento específico nesse período, o que poderá ser avaliado para o futuro. A legislação em vigor determina que o parecer seja emitido sobre um orçamento já aprovado em reunião de Câmara, para posterior apreciação pela Assembleia Municipal. Sublinhou, ainda assim, abertura para, em anos seguintes, criar um momento adicional de auscultação juvenil durante a preparação do orçamento. Relativamente à questão colocada sobre o Polo do Conservatório de Dança, informou que não existe qualquer verba inscrita no orçamento para este fim e que o tema poderá ser avaliado posteriormente em articulação com o Pelouro da Educação, caso se verifique necessidade e viabilidade.



Seguidamente, a Senhora Vereadora, passou à área do Desporto, Recreio e Lazer, informando que a verba global prevista nesta área ronda os 500 mil euros. O apoio ao associativismo, que abrange todas as associações do concelho, incluindo associações juvenis, corresponde a 250 mil euros, nos termos do regulamento municipal aplicável. A atividade das associações pode ser apoiada tanto ao nível da programação anual como de investimentos em instalações ou logística.

No que respeita às iniciativas juvenis, destacou que o Arganil Rock, o Arganil Summer Fest e a Semana da Juventude são organizadas por várias associações juvenis (Chama Viva, Projeto Radical, Associação Juvenil CUME e Columbinos). Estas iniciativas beneficiam de apoios complementares, que, no seu conjunto, têm representado um investimento municipal entre 9.000 € e 10.000 €. De forma estável, o apoio direto ao Arganil Rock e ao Arganil Summer Fest tem rondado 6.500 €, assegurando componentes estruturais como palco e logística, enquanto a Semana da Juventude representa o valor restante. Sublinhou que estes eventos têm vindo a registar melhoria contínua, com crescente adesão e reconhecimento regional, contando igualmente com receitas próprias provenientes de bilheteira, o que contribui para a sua sustentabilidade. Destacou, também, o Rally de Portugal, com um investimento previsto de aproximadamente 100.000 €, evento que contribui significativamente para a projeção externa do concelho.

Rodrigo Oliveira considerou que o montante global de 9.500 € destinado aos três eventos juvenis é insuficiente, defendendo que para elevar o nível e a ambição do Arganil Rock, do Arganil Summer Fest e da Semana da Juventude, seria necessário um reforço substancial do apoio financeiro. Com o valor atual não é possível garantir cartazes mais fortes ou programação diferenciada, o que limita o crescimento e perpetua formatos semelhantes ao longo dos anos. Realçou o esforço significativo das associações juvenis, que, com verbas reduzidas, conseguem manter vivas iniciativas com grande impacto no concelho.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** respondeu, reconhecendo o “heroísmo” das associações, mas salientando que a manutenção do montante de apoio tem sido acompanhada de melhorias muito significativas nos eventos. A expansão dos mesmos depende não apenas da componente financeira, mas também das limitações do espaço físico e da natureza organizativa, fortemente assente no voluntariado juvenil. Transformações estruturais dos eventos poderiam implicar um modelo organizativo diferente, eventualmente incompatível com a liderança das associações juvenis, cuja identidade é considerada fundamental para a continuidade e autenticidade do Arganil Rock.

Rodrigo Oliveira reiterou que para que o evento cresça e se torne uma referência distrital, é imprescindível reforçar o investimento financeiro. Com 9.500 €, distribuídos por três iniciativas, não é possível assegurar bandas de maior projeção nem inovar significativamente na programação, conduzindo a repetições ao longo dos anos.

Anabela Soares questionou quais foram os valores atribuídos no ano anterior, por forma a contextualizar a discussão.



CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ARGANIL

ATA N.º 1/2024, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024

O vogal da Associação Juvenil CUME, **José Rodrigues**, esclareceu que o Arganil Rock recebeu 5.000 € de apoio municipal, o Arganil Summer Fest recebeu aproximadamente 1.500 €. O orçamento total do Arganil Rock ronda anualmente os 20.000 €, enquanto o Summer Fest tem um custo na ordem dos 3.000 € a 4.000 €.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** referiu que, apesar da pertinência das preocupações anteriormente apresentadas, a evolução dos custos dos eventos tem sido muito significativa nos últimos anos, nomeadamente quando comparados os valores de 2024 com os registados nas edições anteriores à pandemia. Sublinhou que, apesar deste aumento, o Município tem conseguido manter o nível de apoio financeiro, uma vez que o crescimento das receitas próprias dos eventos, nomeadamente bilheteira e outras fontes, tem permitido equilibrar o investimento. Destacou ainda que, enquanto parceiro institucional desde a primeira hora, o Município tem assegurado que, sempre que o resultado financeiro dos eventos seja menos positivo, será ponderado um reforço de apoio para garantir a sua viabilidade.

Passando ao Ponto 3, a Senhora Vereadora destacou dois investimentos centrais. O primeiro diz respeito à construção do novo Serviço de Urgência Básico (SUB) e do Centro de Saúde de Arganil, encontrando-se o projeto em fase de revisão final, com vista ao lançamento do respetivo concurso público. Trata-se de um investimento estimado em 5,8 milhões de euros. O segundo refere-se à área da mobilidade e transporte, cuja relevância é particularmente acentuada num concelho com as características geográficas de Arganil. Informou que está prevista uma dotação de 2,2 milhões de euros para os transportes rodoviários e um investimento superior a 2 milhões de euros na requalificação da rede viária durante o ano de 2025.

A tesoureira da Associação de Estudantes, **Matilde Neves**, solicitou esclarecimentos sobre o programa europeu *Next Generation EU*.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** esclareceu que o referido programa se integra no PRR, enquanto um dos seus eixos de financiamento. Explicou que muitos dos investimentos previstos, quer ao nível das requalificações, quer de novas construções, decorrem da possibilidade de financiamento através do PRR e do Portugal 2030, o que contribui para que os orçamentos municipais da região atinjam valores globais historicamente elevados. No caso de Arganil, o orçamento ultrapassa os 40 milhões de euros, dependendo largamente da execução dos fundos europeus.

De seguida, apresentou vários investimentos na área da cultura, salientando que a reabilitação do Teatro Alves Coelho, embora enquadrada contabilisticamente na rubrica da reabilitação urbana, representa simultaneamente uma intervenção estruturante para o setor cultural. Informou que o projeto, avaliado globalmente em cerca de 5 milhões de euros, está a ser revisto e que se prevê a submissão da candidatura e o início da obra ainda em 2025, com um investimento inicial estimado em 1,5 milhões de euros. Referiu ainda outras intervenções culturais previstas, nomeadamente: a reabilitação da Capela do Senhor da Agonia, já em execução, destinada a acolher um núcleo de arte



sacra; a reabilitação da Igreja do Convento de Santo António, em Vila Cova de Alva; e a valorização do Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho.

Assinalou, por fim, que para a programação cultural regular do concelho, excluindo grandes eventos como a Ficabeira ou a Noite Branca, está prevista uma dotação de 70 mil euros.

A Senhora Professora **Anabela Soares** interveio para sublinhar a importância de considerar soluções de transporte fora do período letivo, salientando o impacto desta questão na equidade de acesso dos jovens a diversas atividades. Passando à área da cultura, felicitou o investimento no Teatro Alves Coelho, destacando a sua importância como potencial centro artístico da vila, e sublinhou a necessidade de prever espaços adequados para a formação, considerando a crescente expressão do ensino artístico no concelho, nomeadamente música e dança.

Rodrigo Oliveira questionou se seria possível divulgar o projeto do Teatro Alves Coelho a todos os membros, para conhecimento geral.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** respondeu que o projeto se encontra atualmente em revisão pelo gabinete de arquitetura responsável, sendo previsível que possa ser tornado público após essa revisão. Confirmou que estão previstos vários espaços com diferentes funcionalidades, que permitam não apenas acolher grandes espetáculos, mas também servir as associações locais e as necessidades de formação.

O representante da bancada social-democrata da Assembleia Municipal, **José Miguel Marques** reforçou a importância da concretização da reabilitação do Teatro, recordando que o projeto resulta de um processo longo e consensualizado com a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, proprietária do imóvel. Sublinhou, contudo, a importância de uma futura gestão que maximize o potencial do equipamento e incentive sinergias com o Conservatório e com outras expressões artísticas do concelho.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira**, agradeceu os contributos apresentados e esclareceu que a concessão do Teatro ao Município, por um período de 50 anos, foi precisamente condicionada à sua reabilitação integral. Reforçou que, ultrapassado o desafio da obra, o passo seguinte será estruturar a gestão, definir regras de utilização e garantir que o equipamento sirva plenamente a comunidade artística e cultural local, bem como as necessidades de formação e criação.

O representante da Juventude Social Democrata, **Martim Baptista**, colocou a questão sobre o futuro da Cerâmica Arganilense, questionando qual passará a ser a sua utilização após a requalificação e entrada em funcionamento do Teatro Alves Coelho.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** agradeceu a questão e esclareceu que o auditório da Cerâmica Arganilense, embora tenha assumido um papel relevante nos últimos anos por permitir manter uma sala disponível para atividades culturais, apresenta limitações estruturais que impedem a realização



de vários tipos de espetáculos. Recordou que o equipamento foi originalmente concebido como espaço de apoio ao multiusos, vocacionado para conferências, seminários e atuações de pequena escala. Explicou que, com a transferência da programação cultural para o Teatro Alves Coelho, a gestão do auditório da Cerâmica constituirá um novo desafio, mas que o espaço tem potencial para acolher eventos de natureza institucional, iniciativas do terceiro setor e atividades de empresas, numa lógica complementar à programação do futuro teatro.

Seguidamente, passou ao Ponto 6, dedicado à área da habitação, apresentando os investimentos previstos no âmbito do programa nacional destinado à criação de um parque público de habitação a custos acessíveis. Informou que, no caso de Arganil, a candidatura submetida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra prevê um investimento de 12 milhões de euros, correspondente à criação de 60 a 80 fogos destinados a famílias com rendimentos enquadrados na classe média. Explicou que o programa visa responder à escassez de oferta habitacional, fator que tem contribuído para o aumento dos preços de compra e arrendamento, dificultando em particular a autonomia dos jovens.

Indicou que o Município está a avançar com duas tipologias de intervenção: a construção de dois edifícios, cada um com cerca de 30 fogos, sendo que um dos projetos, localizado junto à EB 2,3 de Arganil, já se encontra aprovado e em fase de concurso para empreitada; e a reabilitação de vários fogos devolutos no centro histórico, permitindo simultaneamente recuperar o edificado e revitalizar o núcleo urbano.

A Sra. Vereadora assinalou que a execução do programa tem revelado alguma complexidade, sobretudo devido à elevada pressão sobre o setor da construção na região, mas sublinhou que Arganil se encontra entre os concelhos mais avançados no processo.

Apresentou ainda o programa Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, cuja candidatura já foi aprovada e se encontra em execução. O projeto permitirá reabilitar três antigos edifícios públicos para acolher pessoas em situação de emergência: o antigo posto de saúde da Sarnadela e as antigas escolas primárias de Sanguinheda e de Torrozelas.

Na mesma intervenção, destacou um conjunto de medidas de alívio fiscal adotadas pelo Município, que constituem apoios diretos às famílias e às empresas. Informou que a taxa de IMI se mantém fixada em 0,3% (limite mínimo legal). O Município abdica dos 5% do IRS a que teria direito, devolvendo às famílias cerca de 370 mil euros. As tarifas de água, saneamento e resíduos continuam abaixo dos valores praticados nacionalmente. A derrama aplicável às empresas se mantém em 0%, incentivando a atividade económica local.

Anabela Soares sugeriu que o Município ponderasse a criação de uma residência em Arganil, capaz de acolher jovens, grupos de estudo, iniciativas de intercâmbio ou programas Erasmus, recordando que no passado existiram duas residências na vila. Questionou ainda se tal investimento poderia enquadrar-se em financiamentos do PRR.



A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** agradeceu o contributo e esclareceu que a proposta será devidamente registada, sublinhando a pertinência de um espaço que permita receber grupos e projetos educativos de carácter temporário.

Prosseguindo, apresentou os principais investimentos previstos na área do turismo, destacando a requalificação do Parque Municipal de Campismo de Arganil (já em curso), a valorização de Foz d'Égua, a promoção da mobilidade descarbonizada na aldeia da Benfeita, num investimento de 291 mil euros, e a criação de duas zonas de lazer, em Pombeiro da Beira e São Martinho da Cortiça, ambas localizadas junto aos pavilhões e escolas básicas, com o objetivo de qualificar estes espaços como pontos de encontro comunitário.

Referiu ainda os eventos de maior expressão municipal, nomeadamente a Ficabeira e Feira do Mont'Alto, a Feira das Freguesias e a Noite Branca, sublinhando o seu impacto tanto na programação cultural como na promoção externa do concelho.

Martim Baptista, retomou a palavra para felicitar o Executivo pelo arranque da empreitada de requalificação, modernização e ampliação da Escola Secundária de Arganil, num investimento de 5 milhões de euros, integralmente financiado pelo PRR. Assinalou a importância desta intervenção para a segurança, conforto e qualidade das condições de ensino. Registou ainda positivamente os diversos investimentos municipais previstos no orçamento, considerando que contribuem para um futuro mais próspero para o concelho. Terminou questionando a Senhora Vereadora sobre o tema da digitalização do ensino, perguntando se o Município tem uma estratégia própria para esta área ou se entende que a mesma deverá ser conduzida exclusivamente pelo Ministério da Educação.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** respondeu referindo-se à área da educação, destacando a necessidade de perceber, para além dos programas intermunicipais já implementados, quais as ações previstas para o desenvolvimento tecnológico e digital nas escolas, incluindo a robótica, e solicitou à Senhora Diretora dados adicionais sobre estas iniciativas.

A Senhora Diretora **Anabela Soares** esclareceu que a atual descentralização pressupõe que os executivos camarários assumam a responsabilidade pelo edificado, incluindo obras, instalações, routers e infraestrutura física, enquanto a componente pedagógica continua a cargo das direções das escolas. Referiu que a Escola Secundária de Arganil possui atualmente boas condições de acesso à internet, fruto de investimento em servidores e equipamentos digitais ao longo dos anos. Explicou que a requalificação da escola permitirá aumentar a capacidade de banda larga e melhorar o acesso às redes, embora o acesso a 4G e 5G dependa da cobertura municipal.

Indicou que o Ministério da Educação implementou o programa Escola Digital, atribuindo computadores a cada aluno, com empréstimo de equipamentos para escalões A e B. Relativamente ao futuro, sublinhou a importância da inteligência artificial e a necessidade de preparar os alunos para trabalhar com estas tecnologias, destacando a inauguração de um Centro Tecnológico Industrial na

escola, no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, que integra robótica, CNC e oficinas modernizadas, permitindo um ensino inovador e adaptado às necessidades futuras.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** passou a palavra ao Senhor Nuno Semedo, que agradeceu a intervenção da Vereadora e referiu que o parecer do Conselho Municipal da Juventude, previsto na Lei n.º 8/2009, Capítulo 3, deve ser emitido antes da decisão e votação do orçamento municipal, embora reconheça que pareceres não vinculativos possam, eventualmente, ser considerados posteriormente.

Sofia Almeida, enquanto aluna de escalão C, questionou sobre o futuro dos routers escolares, referindo dificuldades de acesso à internet e solicitando esclarecimento sobre o momento em que estes equipamentos deixarão de funcionar.

A Senhora Diretora **Anabela Soares** esclareceu que, teoricamente, os routers de escalão C já não têm suporte para acesso à internet. Explicou que os equipamentos continuarão a estar fisicamente nas casas dos alunos enquanto não forem recolhidos, devido a compromissos legais e assinatura de autos pelos encarregados de educação. Esclareceu que apenas os alunos de escalão A e B continuarão a ter acesso à internet via router, sendo fundamental que os encarregados de educação completem a candidatura desses escalões a tempo, garantindo assim o fornecimento do equipamento.

José Miguel Marques interveio para complementar a intervenção do Senhor Nuno Semedo, concordando com o teor desta, mas acrescentando que considera positivo que o Conselho Municipal da Juventude possa ter oportunidade de apreciar, ou ao menos ter acesso a traços gerais do orçamento, antes da sua apresentação formal, de modo a poder contribuir de forma mais eficaz.

Martim Baptista dirigiu-se à Senhora Diretora Anabela Soares, questionando se a evolução tecnológica prevista até 2050 poderia ser problemática para a vida humana, citando exemplos recentes de respostas de inteligência artificial com potencialmente impactos éticos e sociais, e solicitou uma reflexão sobre os riscos à liberdade e dignidade humana.

Anabela Soares respondeu que as máquinas e a inteligência artificial existem para facilitar a vida humana e reduzir esforços. Destacou que a responsabilidade do bom uso das tecnologias recai sobre os indivíduos e que a ética é determinante na utilização destas ferramentas. Sublinhou que a inteligência artificial já está integrada em várias áreas da vida cotidiana, como automóveis, elevadores e portagens, e que não há recuo possível no seu desenvolvimento. Acrescentou que a escola deve preparar os alunos para lidar com estas tecnologias e que a discussão sobre inteligência artificial é um desafio importante, podendo ser promovida através de sessões formativas específicas para o Conselho Municipal da Juventude.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** acrescentou que, no âmbito da juventude, podem ser desenvolvidas atividades complementares focadas na utilização responsável das tecnologias e redes



CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ARGANIL

ATA N.º 1/2024, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024

sociais, em alinhamento com as diretrizes do Ministério da Educação, destacando a importância de uma abordagem ágil e participativa, adaptada à realidade das rápidas mudanças tecnológicas.

Rui Reis, coordenador do CLDS-5G de Arganil, reforçou a disponibilidade do programa para colaborar com o Agrupamento de Escolas e restantes parceiros, identificando os temas mais relevantes para os jovens e para a comunidade, e apoiando a definição de propostas de discussão sobre tecnologia e juventude.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** abordou a questão jurídica relativa à emissão do parecer do Conselho Municipal da Juventude, esclarecendo que, de acordo com o artigo 8.º, n.º 1, alíneas A e B, para efeitos de emissão dos pareceres obrigatórios relacionados com o orçamento municipal e dotações afetas às políticas de juventude, a Câmara Municipal deve remeter os documentos ao Conselho Municipal de Juventude imediatamente após a sua aprovação. Salientou, no entanto, que há interpretações divergentes, pois o parecer deve ser emitido antes da aprovação final pela Assembleia Municipal, e não apenas após a deliberação da Câmara. A Vereadora indicou que será solicitada qualificação jurídica sobre este ponto e sugeriu a possibilidade de, em setembro, realizar um plenário com tempo suficiente para recolher contributos e sugestões a integrar no orçamento.

Nuno Semedo referiu que, com a correta gestão dos tempos, a Assembleia Municipal estará em posse do parecer do Conselho Municipal de Juventude antes da votação, permitindo que este contribua de forma adequada à decisão.

A Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** pediu desculpa pelo equívoco anterior sobre a aprovação do orçamento na Câmara e reforçou que o ideal seria permitir mais tempo entre a reunião da Câmara e a convocação do plenário do Conselho Municipal de Juventude, para permitir uma análise mais completa antes da Assembleia.

Foi então colocado em discussão se o Conselho Municipal de Juventude poderia emitir um parecer obrigatório, ainda que não vinculativo, favorável às opções apresentadas no orçamento e no Plano 2025.

Não se registando mais intervenções relacionadas com o ponto em apreciação, o parecer obrigatório não vinculativo foi subscrito pelos presentes, conforme anexo à presente ata.

A Sra. Vereadora Elisabete Oliveira deu a palavra à Senhora Diretora **Anabela Soares**, para que partilhasse informações sobre eventos e iniciativas em curso. A Senhora Diretora informou sobre o corta-mato, a participação do Agrupamento nos Picos do Açor, a realizar nos dias 14 e 15 de dezembro, e sobre a atribuição de bolsas de 2.000 euros, concedidas por cinco empresas, a quatro alunos do ensino superior, congratulando-se com estas iniciativas.



CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ARGANIL

ATA N.º 1/2024, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024

Por fim, a Sra. **Vereadora Elisabete Oliveira** agradeceu a presença de todos, reforçando a disponibilidade do Município para apoiar iniciativas da juventude, promover momentos de reflexão e colaboração, e desejou um bom fim de semana e votos de boas festas, encerrando a reunião.

Não havendo outros assuntos a tratar, a sessão foi encerrada às dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada por todos os participantes.